

SECÇÃO II DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados e é dirigida por uma Mesa composta por um Presidente, que pode não ser um associado, e por um primeiro e um segundo secretários, escolhidos de entre os associados, todos eles, eleitos pela Assembleia Geral, por períodos de três anos, sendo permitida a reeleição.
2. Incumbe ao Presidente convocar a Assembleia Geral e dirigir os respetivos trabalhos.
3. Cabe aos secretários auxiliar o Presidente e, ao primeiro secretário, substituí-lo nos seus impedimentos.
4. À cessação antecipada de funções do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, quando o mesmo for um não associado, aplica-se o disposto nos nºs 1 a 3 do artigo 24º, sendo, em caso de renúncia, a mesma formalizada por carta dirigida ao Presidente da Direção, cabendo ao primeiro secretário o exercício das funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral até à nomeação de um novo pela Assembleia Geral.

Artigo 14º

1. A Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre todos os assuntos respeitantes à Associação e, em especial:
 - a) Eleger a respetiva Mesa;
 - b) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais da Associação;
 - c) Deliberar sobre a admissão e a exclusão de associados;
 - d) Aprovar o Plano Anual de Atividades, o Orçamento da Associação e a contribuição anual dos associados;
 - e) Aprovar, tendo em conta o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório da Direção e as Contas da Associação, bem como a respetiva Proposta de Aplicação de Resultados;
 - f) Aprovar quaisquer outras propostas que lhe sejam submetidas;
 - g) Aprovar a fórmula de cálculo da contribuição prevista no artigo 6º;
 - h) Deliberar sobre contribuições extraordinárias, nos termos da alínea c) do artigo 40º;
 - i) Aprovar, sob proposta da Direção, as regras de conduta e de boas práticas bancárias;
 - j) Deliberar sobre os recursos das deliberações e decisões da Direção;
 - k) Deliberar sobre a aplicação de sanções disciplinares aos associados;
 - l) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos;
 - m) Dissolver a Associação e nomear liquidatários.
2. A Assembleia Geral que deliberar a dissolução da Associação decide do destino a dar aos seus bens, os quais não podem ser distribuídos pelos associados.

Artigo 15º

1. A Assembleia Geral reúne ordinariamente, em duas sessões separadas, respetivamente para apreciar e aprovar o Plano Anual de Atividades e o Orçamento e para, tendo em conta o Parecer do Conselho Fiscal, aprovar o Relatório da Direção e as Contas da Associação relativos à gestão do ano findo, e a respetiva Proposta de Aplicação de Resultados, bem como, quando for caso disso, eleger os titulares dos órgãos da Associação.
2. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente a requerimento da Direção, do Conselho Fiscal ou de pelo menos um quinto dos associados, ou por iniciativa do Presidente da Mesa em caso de recurso interposto de deliberação da Direção.

Artigo 16º

1. A convocação da Assembleia Geral é feita por correio eletrónico com recibo de leitura, enviado com a antecedência mínima de 10 dias úteis, indicando-se a data, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos.
2. Não podem ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os associados estiverem presentes e concordarem com o aditamento, e não se tratar de matéria contemplada no artigo 21º.
3. A comparência de todos os associados sana quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia Geral.

Artigo 17º

1. A Assembleia Geral só pode funcionar em primeira convocatória desde que esteja presente, pelo menos, o número de associados que represente metade da totalidade dos votos.
2. Não se verificando o condicionalismo previsto no número anterior, pode a Assembleia Geral funcionar com qualquer número de associados, 30 minutos depois da hora marcada para a reunião.

Artigo 18º

1. Os associados fazem-se representar na Assembleia Geral por quem indicarem em carta entregue ao Presidente da Mesa no início dos trabalhos, devendo nessa carta mencionar-se o dia, hora e local da reunião.
2. É lícito a qualquer associado fazer-se representar por outro associado ou pelo Presidente da Direção, mediante carta, entregue ao Presidente da Mesa no início dos trabalhos, com as especificações referidas no número anterior.

Artigo 19º

1. Cada associado dispõe na Assembleia Geral de um número de votos proporcional aos ativos consolidados de cada um, de acordo com as últimas Contas aprovadas, relativamente ao total dos ativos consolidados do conjunto dos associados, nos termos seguintes:
 - a) Até 1% (inclusive), um voto;

- b) Entre 1% e 2% (inclusive), dois votos;
 - c) Entre 2% e 5% (inclusive), três votos;
 - d) Mais de 5%, dez votos.
- 3. Sendo o associado uma sucursal, aplica-se, para efeitos do cálculo da proporção referida no nº 1, o disposto no nº 4 do artigo 41º.
 - 4. Nenhum associado pode dispor de um número de votos superior ao décuplo do número de votos do associado que tiver o menor número.
1. Artigo 20º
- 1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes ou representados, não se considerando para o efeito as abstenções.
 - 2. Na eleição dos órgãos sociais, as deliberações são tomadas por maioria simples de votos.

Artigo 21º

As deliberações da Assembleia Geral sobre alteração dos Estatutos, aprovação e alteração das regras de conduta e de boas práticas bancárias, admissão como associado de instituição de crédito que não assuma a natureza de banco e dissolução da Associação exigem o voto favorável de três quartos de todos os associados e de três quartos do número dos votos atribuídos à data da Assembleia.